

LITERATURA SERTANISTA E O NORDESTE: ESPAÇOS IMAGÉTICOS DE TRAVESSIA

*Northeast and sertanist literature: crossing spaces and
its imagetics*

Antonio Euclides V. P. N. Holanda¹

RESUMO

A concepção de uma literatura sertanista é relevante como descoberta da construção identitária brasileira. Nesse texto, aborda-se a equivocidade do termo sertanista dentro de seu percurso histórico, a fim de estabelecer relações simbólicas e sociais que o termo recebeu ao longo do tempo. O percurso trilhado é geográfico e temporal, já que o espaço chamado 'sertão' foi ressignificado ao longo dos séculos. Por meio de pesquisa bibliográfica, imagens e obras capazes de estabelecer os significados do termo 'sertão' e seus elementos correlatos são apresentadas. Traça-se, nessa análise, um percurso dos conceitos de 'sertão' colonial ao regional chegando, por fim, ao nacional. Sem reforçar estereótipos, a construção do sertanejo e do sertanista contribui para a compreensão da identidade nacional.

Palavras-chave: Sertanismo; sertanejo; Nordeste; identidade nacional

ABSTRACT

The conception of a sertanista literature is relevant as a discovery of the Brazilian identity construction. This text addresses the equivocity of the term sertanista within its historical course, in order to establish symbolic and social relations that

¹ Professor universitário e advogado, doutorando em literatura comparada no programa de pós-graduação em letras da Universidade Federal do Ceará. Atualmente realizando etapa da pesquisa de doutorado na Universidade Lyon Lumière - Lyon 2 (França). Bolsista CAPES.

the term has received over time. The path taken is geographical and temporal, since the space called Sertão, and the elements related to it, has been re-signified over the centuries. Through bibliographic research, images and works capable of establishing the meanings of the term sertão are presented. This analysis traces a path from the concepts of colonial to regional Sertão reaching, finally, the concept of national Sertão. Without reinforcing stereotypes, the construction of sertanejo and sertanista contributes to the understanding of national identity.

Keywords: Sertanismo; sertanejo; Brazilian Northeast; national identity

INTRODUÇÃO

Não há texto que não se inicie sem a apresentação de um trajeto. No caso de estudos reflexivos, científicos, é de bom tom iniciar com os elementos epistemológicos. Esse cuidado permite descobertas racionais, próximas de algum conteúdo de verdade, ou de segurança racional, pelo menos. O cuidado com a metodologia epistemológica, com a linguagem e com a solidez de uma argumentação bem construída são os elementos que separam estudos refletidos de pensamentos simplistas ou mesmo puramente sofisticados, no pior sentido da palavra. Enquanto as ciências físicas, com sua linguagem lógica-matemática, contornam em grande parte as questões pertinentes à plurissignificância do símbolo comunicativo, as ciências humanas enfrentam a natureza polissêmica das línguas vernáculas. As palavras, diferentemente dos números, são equívocas, e essa equivocidade está presente em toda emissão de conteúdo.

A relação entre linguagem, conhecimento e representações é tema constante dos estudos sobre linguagem. A problematização acerca desse tema ganhou ainda mais força e centralidade com a filosofia da linguagem que se construiu no século XX. A construção símbolo-razão enfrenta dilemas justamente porque os signos com os quais se expressa conhecimento são variados no tempo, no espaço e na sociedade. Essa problemática não pode escapar a ninguém que busca refletir em língua natural. Nesse texto, a questão virá à tona uma vez que a simbologia entre os elementos externos representados pela linguagem - espaço, pessoas, saberes - se transformam e se deslocam do genérico para o específico.

A fim de contornar, ou ao menos elucidar alguns problemas metodológicos que possam surgir, é relevante fazer um esboço de percurso. O estudo busca uma análise bibliográfica e histórica de textos escritos que marcam a significação do termo 'Sertanista'. Não se pretende uma pesquisa exaustiva. Pelo contrário, os textos serão representativos de períodos e conceitos, significações dos termos tratados. O objetivo é configurar uma trajetória de

‘Sertão’ e termos cognatos quanto ao significado e simbologia que adquiriram socialmente.

A análise tem como objeto a literatura, em sentido amplo, isto é, textos escritos sobre o ‘Sertão’, portanto a trajetória do trabalho parte do conceito inicial de ‘Sertanista’, qualificante desses textos. Enquanto vocábulo, o termo está sujeito a equívocos, que serão desfeitas a fim de delimitar o recorte de pesquisa. O qualificante ‘sertanista’ cabe a dois elementos literários: a obra e o autor. Já foi sugerido que o objeto a ser analisado - isto é, o texto - será aquele sertanista; resta também ter em mente que o sujeito agente, o escritor, também pode ser o elemento qualificado. Apenas depois de designado o objeto a ser analisado, e de delimitado o sujeito agente constituinte desse objeto, torna-se possível retratar o espaço ocupado por esse sujeito, e qual a visão de mundo que o sertanista revela.

Ao ler e significar o espaço, o sertão também passa a mudar de forma, de significado e de geografia até chegar a um termo entendido, mesmo que equivocadamente, como pertencente ao campo semântico do Nordeste. Será então possível perceber como esse Sertão-Nordeste se aloca simbolicamente no Brasil, extraindo então repercussões no que dizem respeito à questão da identidade e nacionalidade, com as sugestões de repercussões jurídicas.

1 A LITERATURA SERTANISTA E O SERTÃO COMO ESPAÇO INDEFINIDO

Buscando uma delimitação do objeto de estudo, é preciso explicar as variantes e as possibilidades de leitura adequadas ao que pode ser chamado de ‘literatura sertanista’. Inicialmente, observa-se que o adjetivo ‘sertanista’ limita as possibilidades de compreensão do termo a que se refere sem, no entanto, delimitá-lo.

A primeira possibilidade de significado que deve ser afastada é aquela que classifica ‘literatura sertanista’ como aquela escrita sobre a sociedade desse território chamado ‘Sertão’. No cânone de estudos literários brasileiros, as regiões, enquanto espaços identitários próprios, não constituem uma literatura sua. Há literatura gentílica², ou talvez o mais adequado, porque mais comum, fosse dizer que há autoria gentílica. José de Alencar é escritor *cearense* com

² Uma reflexão mais detida sobre as qualificações dos escritores revela, também, uma equívocidade interessante. O escritor produz literatura regionalista, sem, na verdade, ser necessariamente oriundo daquele espaço. José de Alencar e Euclides da Cunha são os exemplos mais evidentes.

algumas obras ligadas ao estado do Ceará – exemplo maior sendo *Iracema*. Suas obras centradas em regiões do país, como *O Gaúcho* ou *O sertanejo* não são, em nenhum momento, classificadas por um gentílico, mas sim sob o grande gênero de literatura regionalista³. Assim, toda obra escrita sobre o ‘sertão’, ou situada nesse espaço, é comumente classificada como *obra regionalista*.

A literatura regional englobaria, como classificação, toda obra cujo centro de narrativa estivesse vinculado a especificidades e costumes aparentes de um espaço geográfico delimitado. Nesse sentido, a literatura sertaneja comporia o mosaico de obras de uma literatura de cunho regional. Costa (2016) observa que, na literatura brasileira, é comum que o teor regional seja construído dentro de uma oposição rural-urbano. Desta forma, a literatura regional tradicionalmente retrata o interior, um espaço isolado. Em oposição a ela está a cidade, onde acontece uma confluência de culturas.

O termo ‘sertanista’ também pode ser sinônimo de ‘sertanejo’. Haveria aqui então uma metonímia; a ‘literatura sertanista’ seria aquela cujo elemento subjetivo de análise é a pessoa que ocupa, vive e mora no sertão, bem como sua cultura ‘sertaneja’. Esse elemento ‘sertanejo’, enquanto qualificador de cultura, é, por si, um termo com muitas acepções. Trata-se de signo vinculado ao campo e a uma economia rural, mas não necessariamente determinável a uma só região geográfica. A vestimenta tradicional do sertão nordestino é qualificada como sertaneja. No entanto, a ‘música sertaneja’ é aquela cujas raízes se ligam à cultura boiadeira do Sudeste e Centro-oeste brasileiros.

Os diferentes sentidos configuram um jogo de poder simbólico – na acepção de Bourdieu (2004) –, com estabelecimento de relações de poder que vão se transformar em ações políticas e econômicas dentro da sociedade. A cada diferenciação, uma relação de poder surge, construindo uma oposição e uma hierarquia entre os elementos comparados. Há, portanto, uma sugestão de poder que configura uma sociedade. O artista de música sertaneja originária do Sudeste brasileiro vincula sua produção cultural a um vestuário urbano, distante tanto das vestimentas do sertão nordestino. Isso revela como a relação simbólica de poder no plano cultural e material começam a se misturar.

Os conceitos anteriormente mencionados definiam ‘sertanista’ a partir do espaço ou do sujeito narrados. Ao excluir esses significados, é possível delimitar o objeto de estudo: compreender-se-á ‘sertanista’ como um termo relacionado ao

³ Há, além da literatura regionalista, uma literatura originária cuja produção se vincula mais fortemente às mitologias e costumes de uma determinada comunidade. Comumente e genericamente, essa produção é classificada como literatura oral – principalmente quando propagada pela oralidade – ou literatura popular. São exemplos nordestinos o repente, o cordel e a poesia popular. Essa não será objeto de análise aprofundada nesse texto.

autor. O autor, no entanto, será ‘sertanista’ não por que nascido no sertão, pelo contrário; ‘sertanista’ é o viajante que reporta sobre um ‘Sertão’ que conheceu durante viagem. ‘Sertanista’, nessa leitura, é o sujeito que pertence à essa literatura simultaneamente como autor e como personagem desbravador e retratista do espaço chamado *Sertão*.

Uma primeira definição do vocábulo ‘sertão’ estabelece diversas distinções de natureza política, geográfica e histórica. Um exemplo é a definição de Bueno (2004), que designa ‘sertão’ as regiões apartadas do mar onde as sociedades humanas se organizam sem a presença de um estado centralizador e de outras instituições típicas do processo que caracteriza as sociedades ocidentais. Essa definição revela um ‘sertão’ enquanto território desbravado durante o começo do processo de ocupação europeia do território brasileiro. Sertão é a região distante dos portos por onde chegavam os europeus, com populações organizadas de maneira distinta da forma política utilizada pelos portugueses.

Uma vez que o espaço ‘sertão’ se define por região ainda a ser ocupada pela cultura europeia, o sertanista não se define como sujeito autóctone; a ele não cabem alcunhas como “homem da terra”. O sertanista é, na verdade, o oposto disso: o estrangeiro - exótico à terra - que geralmente percebe esse espaço por meio de comparações com o que lhe é familiar. Tornava-se assim no mais das vezes um conhecedor de seus hábitos.

Esse significado de ‘sertanista’ se assemelha ao que tradicionalmente se descreve como bandeirante. Dessa forma, deduz-se, sem muito esforço, que São Paulo - talvez seja melhor dizer “o planalto do Piratininga” (MACEDO, 2011) -, enquanto área de apropriação dos bandeirantes, também já foi sertão. Esse interior que cada vez mais caminhou para longe de São Vicente e de São Paulo é o que nomeia atualmente a cultura sertaneja da economia agrícola do Centro-Oeste. Configuram-se aqui dois significados complementares e relevantes. ‘Interior’ e ‘sertão’ denotam uma ideia de terra distante. O sertão mostra-se também como terra ou espaço do outro, do alheio, do desconhecido.

Por certo que, ao tempo das bandeiras, sertão era toda a área interiorana ainda não englobada (ou fragilmente envolta) no circuito socioeconômico colonial português. Eram as áreas apartadas do mar; o interior do território, onde a ocupação era inexistente ou frágil. Esse território deslocado e distinto é, ainda hoje, definido pela palavra ‘sertão’, de forma que, embora vinculado ao todo, não é englobado pela unidade cultural⁴

⁴ As repercussões dessa parte fragmentada conduzem a distinções e interpretações particularmente caras ao estudo da literatura. Por exemplo, Albuquerque Junior (2011) demonstra que um elemento central na compreensão do regionalismo dos anos [19]30 é percebê-

Nesse contexto semântico, 'sertanistas' serão todos aqueles que vão ocupar e descrever esse espaço não litorâneo. Acompanhar essas viagens, escolher os autores que fizeram parte desse *corpus* é uma atividade de "garimpo de aluvião", em que se percorre os escritos de uma época em busca daquelas pepitas relevantes para análise, ou seja, dentre as várias "joias dessas lavras de escritos", é preciso selecionar as obras mais ricas. Embora existam autores sertanistas suficientes para que seja necessário fazer uma escolha - o que produz um viés de leitura - é também possível descortinar elementos simbólicos mais ricos, ou mais fortes, de maior longevidade dentro do ideário simbólico que compõe o Brasil e os conceitos de Sertão.

Os primeiros escritos de literatura sertanista - seja como texto literário, seja como crônica escrita dos avanços pelo interior do "estado do Brasil", seja como retratos do sertão - possuem dois elementos relevantes de serem notados. O primeiro é o caráter interessado dos textos; o segundo é sua ausência de comunicação entre si, isto é, não configurarem um sistema literário. Durante os primeiros anos, há poucos escritos sobre o interior do Brasil, afinal muitos dos que ali estiveram não deixaram registro. Os que lá estiveram e sobre esse espaço escreveram, ou seja, os sertanistas que se lançavam nessas empreitadas, o faziam a partir de uma perspectiva com interesses econômicos bem definidos. Quem se lançava nessas empreitadas partia com uma finalidade prática, que contaminava sua observação. Além disso, esses textos não se comunicavam entre si; o escasso povoamento da região e o caráter explorador das incursões impedia que os textos e os autores compilhassem um conjunto, em que os textos estabelecessem uma tradição e um sistema entre si. O exemplo da carta de Pero Vaz de Caminha é ilustrativo nesse caso.

A Carta de Pero Vaz de Caminha é o primeiro escrito sobre o Brasil. Como observa Picchio (1997), esse texto só foi ser conhecido pelos brasileiros em 1887, com a publicação de uma cópia da carta, que veio com a corte portuguesa em 1808. Antes dessa data, o documento esteve em sigilo na Torre do Tombo. Esse caráter secreto mostra como os primeiros textos não formavam, entre si, um conjunto capaz de dialogar. Por outro lado, o interesse prático e enviesado demonstra-se no conselho de Caminha: ocupar e catequizar a terra. Esse espaço, sem nome, mas já com dono, adquire imediatamente uma perspectiva econômica, seja ela material - agricultura e mineração de ouro ou prata -, seja ela simbólica - mais almas para o senhor. Caminha informa não terem achado ouro ou prata, acharam-na uma terra vasta, de muitas águas e muito fértil, e termina

lo não como um elemento componente do Modernismo de 1922, mas como resposta à hegemonia cultural da região econômica e politicamente central.

a missiva argumentando que o maior fruto é conquistar a alma do povo que ali habitava.

A literatura jesuítica, “a primeira literatura que sai do Brasil” (PICCHIO, 1997, p. 75) em língua nacional, também revela essa duplicidade. Seu público é a coroa e o púlpito, sua mensagem e sua leitura de mundo enviesadas pelo dever de sua missão na nova terra. A obra de Anchieta, por exemplo, relata os feitos de Mem de Sá e constrói um texto gramatical de auxílio na catequese. A contrapartida materialista dos textos jesuíticos pode ser lida em relatos de viajantes como Gabriel Soares de Sousa, que se ocupam de relatar as grandezas e riquezas do território.

O espaço, enquanto território simbólico, é dividido em dois em relação à distância da pátria. O espaço próximo à pátria é conhecido, é dominado, portanto familiar. O espaço distante é o ‘Sertão’, que vai ser desbravado pelo sertanista. Esse sertanista, viajante desbravador do interior, nos primeiros tempos, é fundamentalmente ou jesuíta ou bandeirante. A historiografia tradicional remete justamente a esses dois grupos como aqueles que, adentrando o território, modificaram e incorporaram o espaço do sertão. Bem verdade que sua busca - e os conflitos surgidos dos seus encontros - não estava relacionada ao espaço; terra não faltava na América Portuguesa, nem havia quem lhes fizesse frente. Exceto aqueles que buscavam aprisionar: o indígena.

As mudanças desse cenário foram lentas. O termo ‘sertão’ demorou tanto para mudar de sentido, passaram-se tantos anos ocupando o interior brasileiro, que mesmo um salto temporal secular ainda vai encontrar autores descrevendo o interior como sertão. Pe. Antonio Vieira, no século XVII, ao relatar as agruras de pregar ao Maranhão, e Cláudio Manoel da Costa, no século XVIII, em sua épica sobre a descoberta das minas gerais, revelam a busca pelo indígena e a ocupação de um território desconhecido - um deserto que avança por léguas, com promessas de Éden e de Perdição.

Percebe-se pelo espaço de onde escrevem e por onde exploraram que a palavra ‘sertão’ não está relacionada a uma geografia ou a um clima determinados. Esse sertão não é o espaço da caatinga nordestina, pelo contrário, ele possui elementos naturais encantados, uma vegetação exuberante, é quase impenetrável. Trata-se, na verdade, do interior do Brasil. O povo que o ocupa essa área ainda é um fruto, uma riqueza em si. O indígena é o habitante do sertão, e é um objeto de conquista, seja para o aprisionamento, seja para a catequese, em si também uma forma de prisão.

Quando Pe. Antonio Vieira, em seu Sermão da Sexagésima, fala das agruras espirituais daquele que precisa pregar no Maranhão, esse Maranhão ainda não é o Nordeste, mas um dos territórios administrados por Portugal.

Apesar da ligação administrativa, o território se configura, imagetivamente, em opostos: aquele que é metrópole, o “aqui”; aquele que é distante, o interior. Vieira então escreve uma comparação por oposição, estabelecendo semelhanças em diferenças: “os semeadores do Evangelho, há uns que saem a semear, há outros que semeiam sem sair. Os que saem a semear, são os que vão pregar à Índia, à China, ao Japão; os que semeiam sem sair são os que se contentam com pregar na pátria” (VIEIRA, 2012, n. p.).

O espaço a ser ocupado, o que não é ainda pátria, é a área de colônia. Nesse espaço, encontramos o interior, o lugar ainda sem nome. Seus frutos são as riquezas - materiais e morais - que se podem conquistar. Esse interior-sertão é o espaço bravio onde ainda se está a semear os valores portugueses. Esse mesmo espaço é o descrito por Cláudio Manoel da Costa, poeta árcade autor de *Villa Rica*. Um trecho do começo desse poema épico serve de relato histórico dessa ocupação:

Convocados todos e guiados pelo roteiro que lhes deixara o falecido, saíram da Vila de São Paulo pelos anos de 1694. Romperam os matos gerais, e servindo-lhes de norte o pico de algumas serras, que eram os faróis na penetração dos densíssimos matos, vieram estes generosos aventureiros sair finalmente sobre a Itaverava, serra que de Vila Rica dista pouco mais de oito léguas: ai plantaram meio alqueire de milho; e porque o Sertão era mais estéril de caça que o do Rio das Velhas, para este passou Bartolomeu Bueno a tropa, enquanto madurava a pequena sementeira de que esperava manter-se, para continuar o descobrimento.

No ano seguinte, que foi o de 1695, voltaram os referidos sertanistas a colher a sua planta, e entrando na Itaverava foram encontrados do Coronel Salvador Fernandes Furtado e do Capitão Manuel Garcia Velho e outros, conquistadores também do Gentio e povoadores das Vilas que ficam ao leste de São Paulo: já então trabalhavam com algum desembaraço os primeiros sertanistas, ajudados de um grande número de índios, que haviam cativado nos sertões do Caete e Rio Doce; mas como lhes obstava a falta de experiência necessária, e não tinham instrumentos de ferro para a laboreação, apenas se contentavam com o pouco que podiam apurar em pequenos pratos de pau ou de estanho, servindo-lhes os mesmos paus aguçados de cavar a terra e descobrir os cascalhos, formações em que se conserva e se cria o ouro. (Trecho do Fundamento histórico do Poema de Cláudio Manoel da Costa in: COSTA, 2015, n. p.)

Cláudio Manoel da Costa trata matas, minas e sertões como elementos de um mesmo campo semântico, os locais onde se explora em busca de riqueza. Esse espaço, muitas vezes descrito como uma configuração física a ser ocupada, é também o relato de uma vastidão desolada. Nesse terreno, os sertanistas vão adentrando e cultivando o território. Um trabalho que guarda paralelo com a manifestação de Pe. Antonio Vieira. Trata-se de uma semeadura planejada e

paciente. Adentra, planta, volta, retorna à cultura, colhe, caminha de novo. O terreno foi sendo ocupado primeiro por uma economia que bastava por si: coivaras e roças que cresciam sem cuidado. Esse adentrar, o poeta não esconde isso, é feito pela força de interesses pessoais, materiais; primeiro o apresamento do indígena, o mesmo que devia ter a alma cultivada pelos jesuítas, depois a procura e descoberta do ouro. Assim o terreno pobre e escasso, vazio de população, vai sendo ocupado passo a passo por sertanistas vindos de São Paulo.

A partir dessas leituras, evidencia-se o sertão como espaço distante e ermo, isolado da origem. Um deserto. Esse espaço está ocupado pelo índio, ao mesmo tempo objeto do cultivo das almas e dos corpos. Sua população era subjugada ora para catequese, ora pelas bandeiras, que lhes tomava para escravos. Esse Sertão ainda é indiferenciado enquanto espaço. Trata-se do Brasil não povoado, sem vilas. A épica de Claudio Manoel trata da fundação, do adentramento e da transformação desse espaço em um evento pertencente ao mundo que o conquista. Assim, a criação de Vila Rica representa a transformação desse espaço interiorano em um espaço cultural, próprio não mais do interior-sertão, mas domado pelo pátria. Trata da fundação justamente desse espaço interiorano: “Cantemos, Musa, a fundação primeira Da Capital das Minas” (COSTA, 2015, n. p.).

A configuração de uma Vila era, em si, um fenômeno político-administrativo que transformava o espaço de conquista em um espaço domesticado. Um exemplo desse processo de diferenciação pode ser visto na fundação da vila de Igarassu, em Pernambuco, cuja narrativa informa:

Igarassu foi fundada em 1535 por Afonso Gonçalves ordenado por Duarte Coelho, sendo a primeira vila pernambucana em que o donatário se estabeleceu. A segunda vila fundada na capitania foi Olinda em 1537. Portanto, Igarassu simboliza o marco inicial da ocupação do território pernambucano. Apesar do valor inicial, a vila de São Cosme e Damião logo perdeu importância para Olinda, fato que pode ser explicado pela proximidade maior desta última com o mar e pelo seu sítio mais alto, facilitando assim trabalhos de defesa e de comércio portuário (MELO, 2011, p. 2)

O surgimento de uma vila é uma completa ressignificação do território, formando um novo contexto político e social dentro da realidade jurídica e administrativa da coroa. Essa percepção explica, em parte, algumas das disputas travadas no período colonial, como a guerra dos Emboabas, luta pelo controle político e administrativo do território minerador descoberto pelos bandeirantes, ou a Guerra dos Mascates, conflito entre a vila capital de Olinda e a nova vila do Recife.

Ao instituir uma *cidade* o poder metropolitano se projeta no espaço colonial, ao mesmo tempo em que pretende projetar os valores fundamentais de uma ordem, dita colonial, no interior dos muros da cidade. Por outro lado, segundo um calendário bem regrado, a sociedade destas cidades também se projeta no espaço e no tempo: por meio de festas oficiais, de cerimônias, de encenações rituais, ela se permite ver como a expressão de um modelo ideal. (VIDAL, 2009, p. 244)

Esse espaço de vila vai, com o tempo, como se pode deduzir da guerra dos Emboabas e de vários movimentos nativistas, se diferenciar em uma unidade específica. As vilas fazem-se dúbias. Em parte, elas se constituem projeções autônomas do poder metropolitano; por outro lado, permanecem, no mais das vezes, como elementos isolados do poder central e independentes em sua organização. Tornam-se espaço de conflitos próprios que são simultaneamente distintos das questões metropolitanas e distantes dos problemas do sertão.

Vidal (2009) analisa os conflitos e sua evolução temporal na cidade de Vila Boa de Goiás. O conflito no espaço urbano põe em choque forças locais, mas a solução se faz por meios vários. Primeiro há uma solução o local; meses depois, há uma solução institucional colonial; ainda depois, há uma solução metropolitana. As regulações das situações, dentro dessas características, estavam sujeitas ao mando administrativo central, mas, por acontecerem em realidades e temporalidades distintas da metrópole, terminavam regidas por soluções que seguiam uma pluralidade normativa adaptável ao contexto local. Formam assim uma configuração simbólica de poder própria, híbrida entre vínculo cultural com a metrópole e sua distância física.

Um dos efeitos desse adentramento é a transformação espacial. A configuração do território especializa-se. O interior-sertão, ao ser ocupado, se transforma em uma nova categoria, revelando ocupação da metrópole. Ao mesmo tempo, essa terra ocupada se reconfigura em um novo espaço simbólico de disputas e convivências. Por sua vez, o próprio sertão vai passar por diferenciações. À medida que as conquistas e as marcas de poder metropolitano avançam, os termos não diferenciados utilizados por Claudio Manoel da Costa (matas, minas, sertão), passam a se ressignificar em valores específicos.

Se tanto Antonio Vieira como Claudio Manoel da Costa localizam o sertão distante da atual zona da Caatinga, isto acontece porque o 'primeiro sertão', enquanto espaço simbólico, se define a partir de seu isolamento, de sua distância do espaço de origem. Dessa forma, a função prática do texto é também de informar e descrever a terra distante de onde o autor retorna. Assim, os

Sertanistas vão também escrever uma narrativa descritiva, e nesse sentido, se alinham a uma longa tradição de viajantes narradores/historiadores.

As narrativas de viagem precedem em muitos anos os diários de Marco Polo, mas é esse autor ainda um exemplo paradigmático da narrativa de viagem que tenta apresentar o espaço exótico como lugar a ser domado. Nisso, diferencia-se da Odisseia, que faz da vitória o retorno para casa. Também no território que seria do Brasil, a ocupação desse interior se deu no âmbito do exótico e do mitológico, como já demonstrou Sérgio Buarque de Holanda. Em *Visão do paraíso* (HOLANDA, 2010), descrevem-se os vários motivos edênicos da ocupação desse território hoje chamado Brasil. Esse espaço interiorano modifica em sua descrição e simbologia concomitantemente à evolução sócio-econômica-jurídica brasileira.

2 O SERTANISTA E O SERTÃO COMO ESPAÇO DETERMINADO

Os motivos edênicos descritos por Sérgio Buarque foram pertencentes às entradas portuguesas. Quando analisado um sertanista protestante em viagem ao interior do Brasil, encontra-se um exotismo distinto. O inglês Henry Koster visitou, no século XIX, a região do nordeste brasileiro. Suas descrições relatam o clima litorâneo, os eventos políticos, a escravidão. Também adentra o interior, viajando pela então capitania de Pernambuco.

Em um estudo focado em literatura brasileira, utilizar um sertanista estrangeiro cria um problema metodológico que necessita ser comentado. Koster escreve sua obra em inglês, o que o afasta da literatura e dos cronistas de viagem em língua portuguesa. Sua inserção nesse trabalho, no entanto, parece relevante para que se entenda a configuração simbólica do espaço do sertão, e em como esse espaço passa a pertencer ao nordeste. Nessa perspectiva, assim como os primeiros sertanistas, suas descrições históricas e simbólicas têm bastante valor, uma vez que relatam uma modificação na percepção do espaço.

Em suas viagens, Koster enfrenta o “Sertam” e a seca, encontrando com alguns sertanejos. O tom geral de seu relato denota a tradição dos textos sobre a terra estranha e distante. Por exemplo, seu texto inicia descrevendo não o espaço, mas o autor, nesse caso o *sertanista*, na definição de autor que ocupa um lugar desconhecido. Para tanto, como Marco Polo ou Robinson Crusóé, apresenta-se como autor-narrador confiável.

During my residence in Brazil, I had no intention of publishing any account of what I had seen and heard in that country. Some time after my return to England, I was encouraged to put together the information which I might be able to impart. The reader will be more disposed to excuse what defects he may find, when he is informed that I went out young, that I did not gather any knowledge of the country in a systematic manner with the idea: of giving it to the public, and that the idiom of a foreign language is perhaps more familiar to me than that of my own. (KOSTER, 1816, p. V)

Essa tática narrativa grava a importância e a função do texto, tentando também limitar, de alguma forma, a conformação da representação da verdade. No caso de Koster, o autor ocupa-se de demonstrar que não é um pesquisador a fundo da matéria. Seus relatos de viagem são, como ele reporta, tinham a intenção de narrar, *a posteriori*, uma experiência pessoal. Para tanto, teve auxílio de pesquisa, mas fundou-se na memória. O relato é fidedigno no que mais importa aqui: a configuração simbólica do espaço sertão.

Koster conhece os espaços existentes no território brasileiro nesse fim de colônia e começo de nova configuração política. Visita Recife, Olinda, Natal. Conhece também cidades interioranas, como Açu e Goiana. O caminho entre esses polos urbanos da região nordeste brasileira possui um elemento particular: o sertão e sua conformação morfológica, a caatinga. Agora já se vislumbra uma modificação no binômio conhecido/desconhecido (cidade-urbana/sertão-interior). O que se vai encontrar não é mais o sertão como um interior não conquistado, para onde se adentra para tomar posse e garantir riqueza. Agora esse território é o meio entre cidades. Ainda que existam indígenas nessas terras, já não se configura um espaço a ser “descoberto”. O Sertão é a região de ocupação parca e de ausência do estado.

Nesse espaço transformado existe um outro tipo humano, próprio dessa nova configuração: o sertanejo. O sertanejo é sujeito que ocupa e sobrevive naquele vazio administrativo. Nessa nova realidade, o sertão se resignifica completamente, transformando-se em um novo símbolo populacional, administrativo e mesmo climático. Já existe lei e religião portuguesas naquelas paragens, não há estado que as imponha. Se o vazio por vezes é populacional - seja porque há poucas pessoas vivendo no território vasto, seja porque a estiagem expulsou a população - ele se apresenta forte em sua ausência de manifestação institucional. Assim, o vazio é uma adição de ausência de pessoas, que fugiram ou que não ocuparam todo o espaço, com ausência institucional.

O vazio institucional e a terra seca de população escassa transformam a travessia do sertanista. Já não há o que lavrar, não há metal ou indígena para perseguir, não há que se falar em exploração de um interior desconhecido, mas em travessia da caatinga, que revela suas complexidades naturais. O viajante

deixa de ser um explorador em busca de descobertas, mas um coletor de experiências e cenários. As variações climáticas e seus efeitos na ocupação humana se destacam. Em tempos de chuva, o deserto populacional diminui sem, no entanto, gerar uma ocupação capaz de esgotar os recursos naturais⁵.

A ocupação esparsa limita as disputas legais sobre a propriedade. Assim aponta Koster:

Robbery in the Sertam is scarcely known; the land is in favorable years too plentiful to afford temptation, and in seasons of distress for food, every man is for the most part equally in want. Subsistence is to be obtained in an easier manner than by stealing in so abundant a country, and where both parties are equally brave and resolute (...) (KOSTER, 1816, p. 146)

Se as vilas e cidades possuem múltiplas temporalidades e legalidades, o *sertão* conquistado ainda é, como o interior bravio, espaço de autotutela. Não há presença jurídico-administrativa, cabendo ao sertanejo “proteger o seu direito”:

These people are revengeful; an offence is seldom pardoned, and in default of law, of which there is scarcely any, each man takes it into his own hands. This is without any sort of doubt a dreadful state of society, and I do not by any means pretend to speak in its justification; but if the causes of most of the murders committed and beatings given are enquired into, I have usually found that the receiver had only obtained what he deserved. (KOSTER, 1816, p. 146)

A ausência de entes administrativos torna o controle sobre a justiça ainda mais temerário nos momentos de seca. Koster atravessou a caatinga nessas circunstâncias, podendo notar como arriscada era a permanência e fixação no espaço. O homem estava a mercê do clima e dos viajantes. O isolamento, que aumentava à medida que a seca se prolongava, impedia qualquer socorro. Os crimes contra a propriedade então tomavam novas proporções:

Persons circumstanced as these were, are sometimes robbed in a most unpardonable manner -by travellers, who take advantage of their houses, eat their poultry, and leave them without paying; but considering the entire non-existence of law in these regions, I am only surprized that greater enormities are not committed; however, everyman feels it to be his own case, if he has a house and family; he is aware that on going from home, those he may leave are in the same

⁵ Esse movimento populacional é descrito um século depois em *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira.

helpless state. These persons and their property were at the mercy of any travellers; if they had been murdered, and the cottage from being deserted began to fall, it would have been supposed that its inhabitants, like many others, had decamped, and no enquiry would be made about the direction they had taken, such is the rambling disposition of the people in general, and the state in this part of the country (...) (KOSTER, 1816, p. 82)

A descrição de Koster permite observar a manutenção da simbologia do isolamento no termo 'sertão'. Esse isolamento é físico e simbólico, não há verdadeiramente poder administrativo nesse espaço.

O sujeito residente desse território se ressignifica. O sujeito predominante do espaço deixa de ser o indígena, constantemente massacrados. Surge o sertanejo, sujeito ocupante do espaço.

I think the Sertanejos are good race of people. They are tractable and might easily be instructed, excepting in religious matters; in these they are fast rivetted; and such was their idea of an Englishman and a heretic, that it was on some occasions difficult to make them believe that I, who had the figure of a human being, could possibly belong to that non-descript race. They are extremely ignorant, few of them possessing even the commonest rudiments of knowledge. Their religion is confined to the observance of certain forms and ceremonies, and to the frequent repetition of a few prayers, faith in charms, relics, and other things of the same order. The Sertanejos are courageous, generous, sincere, and hospitable: if a favour is begged, they know not how to deny it; but if you trade with them either cattle, or aught else, the character changes, and then they wish to outwit you, conceiving success to be a piece of cleverness of which they may boast. (KOSTER, 1816, p. 146)

Esses espaço e sujeito descritos por Koster encontram representação também na literatura nacional. José de Alencar, Bernardo Guimarães e Franklin Távora vão configurar uma localização específica para o sertão, retirando-o do que antes fora 'o interior'. Nesse momento que surge o romance regional, fundado pelo movimento romântico brasileiro.

O romance regionalista estabelece contato e acesso ao sistema literário por meio da construção de contraste. Sua existência revela uma configuração multifária da literatura brasileira. Por um lado, destacam contrastes civilizacionais, revelam aspectos da civilização brasileira desconhecidos da corte ou dos centros urbanos. Por outro, ressignificam culturas locais para um público a ela estranho. Nesse sentido, a literatura regional sertaneja vai construir um bloco simbólico do espaço brasileiro. "Além de contribuir para fixar o significado da palavra 'sertão' no léxico brasileiro, a literatura rural sertanista do século XIX

ajudou a consolidar a localização física do sertão com a qual estamos acostumados hoje” (SCHEIDT, 2014, p. 91).

O conceito atual de sertão como sendo a região da caatinga nordestina fixa-se, a partir das obras de sertanistas como Koster, no imaginário nacional por meio dos romances regionalistas românticos. Essa literatura regionalista se mostra com conotações específicas, sendo demarcada, em parte, pela oposição entre local e nacional. Seria nacional nos seus valores o romance urbano, que demarcaria a sede administrativa, a força das leis e das modas. A civilização da corte. Relevante observar que o romance urbano diz respeito mais à corte que às demais cidades, como se todas as cidades compusessem um mesmo retrato cultural.

O início de *O sertanejo*, de José de Alencar, contém paralelos com a descrição de viagem de Koster: a viagem pela caatinga, a lenta ocupação territorial. Nele também o sertanejo se diferencia, sua sociedade é apresentada como tendo hierarquia de funções, que se ligam ao caráter da personalidade. O espaço molda o sujeito:

Esta imensa campina, que se dilata por horizontes infindos, é o sertão de minha terra natal. Aí campeia o destemido vaqueiro cearense, que à unha de cavalo acoisa o touro indômito no cerrado mais espesso, e o derriba pela cauda com admirável destreza. Aí, ao morrer do dia, reboa entre os mugidos das reses, a voz saudosa e plangente do rapaz que abóia o gado para o recolher aos currais no tempo da ferra. Quando te tomarei a ver, sertão da minha terra, que atravessei há muitos anos na aurora serena e feliz da minha infância?

Quando tornarei a respirar tuas auras impregnadas de perfumes agrestes, nas quais o homem comunga a seiva dessa natureza possante? De dia em dia aquelas remotas regiões vão perdendo a primitiva rudeza, que tamanho encanto lhes infundia.

A civilização que penetra pelo interior corta os campos de estradas, e semeia pelo vastíssimo deserto as casas e mais tarde as povoações. Não era assim no fim do século passado, quando apenas se encontravam de longe em longe extensas fazendas, as quais ocupavam todo o espaço entre as raras freguesias espalhadas pelo interior da província. Então o viajante tinha de atravessar grandes distâncias sem encontrar habitação, que lhe servisse de pousada; por isso, a não ser algum afoito sertanejo à escoteira, era obrigado a munir-se de todas as provisões necessárias tanto à comodidade como à segurança. (ALENCAR, 2002, p. 9)

O sertão, enquanto espaço específico da geografia brasileira, é povoado por uma “raça” singular, um povo próprio que toma forma diferenciada no século XIX. Koster e Alencar retratam um momento temporal semelhante. O autor de *O Sertanejo* remete seu texto para fins do XVIII a fim de revelar a formação e a especificidade daquele elemento cultural. Koster é do começo do

século XIX. Por essas duas narrativas, vê-se a configuração do espaço sertão como correlato à área da caatinga.

Essa configuração do sertão consolida-se imagetivamente. O sistema literário brasileiro consolida essa imagem em uma vasta riqueza imagética, que ultrapassa os textos de viajantes e entra, como exemplificam Alencar e Guimarães, na obra ficcional. Da mesma forma, essa distinção de espaço e cultura entra no contexto semiótico da sociedade, configurando novas distinções. Uma forma de observar essas conformações simbólicas é a leitura das manifestações cotidianas, cujo leitor que lhe é contemporâneo é interlocutor preferencial.

Ao observar o conjunto de crônicas de Machado de Assis, como exemplo dessa leitura do que é *Sertão* e *Sertanejo*, encontram-se elementos simbólicos interessantes. Em 1878, Machado escreve:

(...) foi agradável saber que as chuvas já caem no interior do Ceará. Ainda bem! Venham elas lá e cá, mas sobretudo lá, onde tantos milhares de irmãos nossos se viram a braços com o terrível flagelo. Nós temos o recurso de não morrer de fome; mas eles? Agora é tratar de evitar outras. (ASSIS, 2015, p. 368)

Nesse trecho, datada de fevereiro de 1878, Machado de Assis se alegra com a notícia de que a chuva chega ao Ceará, onde muitos sofreram com a seca devastadora dos anos 70. O espaço e as pessoas vítimas da famosa seca de 1877 são o 'interior' do Ceará, são 'os irmãos' do autor carioca. Evidente está a marca de proximidade, de não distinção. Se o interior é outro lugar, distinto da capital da província do Ceará e da corte, não é mais o espaço ermo e desconhecido. Da mesma forma, esse interior não é mais povoado por 'almas' a serem 'salvas', catequizadas, como os indígenas de outrora. Os 'irmãos' são concidadãos, seres políticos detentores de direitos dentro do estado brasileiro.

Pouco a pouco, o que se vai construindo é um Sertão como espaço ermo, mas também determinado, um espaço político no Nordeste brasileiro. Em 8 de setembro de 1895, Machado de Assis utiliza o termo 'sertão' como espaço de fuga:

Com os séculos foram ainda outras coisas, e não só desta terra, como de alheias - o Egito, para não ir mais longe. Há dois Egitos: o atual, que, não sendo propriamente ilha, é uma espécie de ilha britânica, e o antigo, que se perde na noite dos tempos. Este é o que o nosso Coelho Neto põe no *Rei fantasma*. Não conheço nem um nem outro; não posso comparar nem dizer nada da ocupação inglesa nem da restauração Coelho Neto. Tenho que a restauração sempre há de ter sido mais difícil que a ocupação; mas o fio que o nosso patrício haverá estudado consiosamente a matéria.

É certo que o autor, no prólogo do livro, afirma que este é tradução de um velho papiro, trazido do Cairo por um estrangeiro que ali viveu em companhia de Mariette. O estrangeiro veio para aqui em 1888, e com medo das febres meteu-se pelo sertão, levando os papiros, os Anúbis, mapas e cachimbos. Aí o conheceu, aí trabalharam juntos; morto o estrangeiro, Coelho Neto cedeu a rogos e deu ao prelo o livro. Conhecemos todos essas fábulas. São inventos que adornam a obra ou dão maior liberdade ao autor. (...) (ASSIS, 2015, p. 1125-1126)

Se o sertão onde Coelho Neto e o estrangeiro trabalham é um espaço isolado, onde se pode fugir das febres, não é mais um espaço absolutamente ermo. Não é de lá que vêm histórias exóticas. O estrangeiro não vai mais lá em busca de histórias e conquistas, pelo contrário, lá busca reclusão, e é lá que ele e o escritor brasileiro teriam traduzido os papiros antigos. Pela perspectiva de Coelho Neto, essa construção serve para lhe dar 'maior liberdade'. Na perspectiva da simbologia do termo 'sertão', essa manifestação revela um espaço onde se pode conviver ou se esconder, uma mistura de espaço de conquista e de um espaço de isolamento.

O sertão de Coelho Neto, no entanto, é o nordeste brasileiro. Isso se define tanto pela origem do autor, Coelho Neto é maranhense, como pela obra que ele mesmo publicaria em 1897. *Sertão*, de Coelho Neto, é uma coletânea de novelas buscando mostrar um espaço e seus tipos.

Obra publicada no momento dos fins da revolta do Arraial de Canudos, *Sertão* de Coelho Neto ([20--?]) escreve sobre um espaço determinado. No entanto, pela data e pelos temas levantados, é contemporânea do momento em que o *Sertão* passa a se configurar como um elemento essencial de identidade nacional. O sertão baiano, com sua revolta e seu Antonio Conselheiro, passaram a determinar elementos simbólicos de valor nacional, como se pode deduzir de uma outra passagem de Machado de Assis:

Conheci ontem o que é celebridade. Estava comprando gazetas a um homem que as vende na calçada da Rua de S. José, esquina do Largo da Carioca, quando vi chegar uma mulher simples e dizer ao vendedor com voz descansada:

-Me dá uma folha que traz o retrato desse homem que briga lá fora.

-Quem?

-Me esqueceu o nome dele.

Leitor obtuso, se não percebeste que "esse homem que briga lá fora" é nada menos que o nosso Antônio Conselheiro, crê-me que és ainda mais obtuso do que pareces. A mulher provavelmente não sabe ler, ouviu falar da seita de Canudos, com um pormenor misterioso, muita auréola, muita lenda, disseram-lhe que algum jornal dera o retrato do Messias do sertão, e foi comprá-lo, ignorando que nas ruas só se vendem as folhas do dia. Não sabe o nome do Messias; é "esse homem que briga lá fora". A celebridade, caro e tapado leitor, é isto mesmo. O

nome de Antônio Conselheiro acabará por entrar na memória desta mulher anônima, e não sairá mais. Ela levava uma pequena, naturalmente filha; um dia contará a história à filha, depois à neta, à porta da estalagem, ou no quarto em que residirem. Esta é a celebridade. Outra prova é o eco de Nova Iorque e de Londres onde o nome de Antônio Conselheiro fez baixar os nossos fundos. O efeito é triste, mas vê se tu leitor sem fanatismo, vê se és capaz de fazer baixar o menor dos nossos títulos. Habitante da cidade podes ser conhecido de toda a Rua do Ouvidor e seus arrabaldes, cansar os chapéus, as mãos, as bocas dos outros em saudações e elogios; com tudo isso, com o teu nome nas folhas ou nas esquinas de uma rua, não chegarás ao poder daquele homenzinho, que passeia pelo sertão uma vila, uma pequena cidade a que só falta uma folha, um teatro, um clube, uma polícia e sete ou oito roletas, para entrar nos almanaques.

Um dia, anos depois de extinta a seita e a gente dos Canudos, Coelho Neto, contador de cousas do sertão, talvez nos de algum quadro daquela vida, fazendo-se cronista imaginoso e magnífico deste episódio que não tem nada fim-de-século (...). (ASSIS, 2015, p. 1277-1278)

Não foi, entretanto, Coelho Neto ([20--?]) que escreveu sobre Canudos, ou que solidificou a formação do Sertão como elemento identitário. Essa solidificação veio com *Os sertões*, de Euclides da Cunha e depois como elemento unificador do modernismo brasileiro na geração regionalista de [19]30.

3 O NORDESTE, INSERÇÃO, NACIONALIDADE E IDENTIDADE

A trajetória simbólica do conceito de sertão transmutou-se, ao longo dos séculos coloniais. Em um sentido crítico, 'sertão' era o espaço deserto de colonos, ocupado por indígenas para onde os europeus iam para espoliar riquezas físicas (terra e minérios) ou escravizar os nativos da terra. Transformou-se em um espaço geográfico específico dentro do território nacional.

Apesar da grande diversidade geográfica e econômica dessa região, a ficção, especialmente após a década de 1930, contribuiria também para que o sertão fosse identificado principalmente com o semiárido nordestino castigado por constantes secas e escassez econômica, com personagens que passariam de orgulhosos heróis em perfeita consonância com seu meio a indivíduos dignos de compaixão, vencidos pela seca e destituídos de quase tudo, como os habitantes de Canudos ou os retirantes nordestinos que, nas grandes cidades, acabam encontrando somente variações urbanas de sua miséria. (SCHEIDT, 2014, p. 92)

A nova significação do termo 'sertão' agora o delimita ao nordeste brasileiro⁶. Nesse sentido, confunde-se com o bioma⁷ da caatinga. No entanto, o sertão e a caatinga não são apenas territórios; são antes de tudo um complexo simbólico individualizado. Acerca desse espaço e dos elementos subjetivos que o ocupam surge e se fortalece uma vertente da literatura regionalista. Esse "[s]ertanismo literário atesta mais uma fase ascensional no percurso da brasilidade" (FIGUEIRA, 2014, p. 185). Esse sertanismo retrata a ocupação do país não mais por uma população autóctone, mas por uma "raça brasileira".

Ao integrar e retratar o sertanejo, os autores regionalistas começaram por inserir a história daquela região na mitologia nacional. Alencar, Taunay e Távora constroem uma imagética do sertanejo que se aproxima da visão de Koster, mas a idealiza. Assim, esse tipo brasileiro, caracterizado por todos como forte, destemido e vivendo dentro de um código de honra, deixa de ser um homem de fé simples para ser revelado como sujeito de valores religiosos ligados a uma moral elevada. Essa idealização é possível de ser vista, por exemplo, na comparação entre o retrato de Koster e de Alencar. Enquanto esse descrevia o sertanejo como incapaz de refletir sobre a própria religiosidade; aquele o idealiza como homem pio e humilde que sabe agradecer pelas graças alcançadas.

Esse processo de construção do 'sertanejo' é replicado nas diversas construções de mitos regionais. Dessa feita, os autores regionalistas produzem uma literatura capaz de integrar os diversos regimes culturais brasileiros. A configuração política do território brasileiro não possuiu uma unidade administrativa factual. Mesmo com a república, ainda existiam sistemas distintos de vigência legal, o que revela a ausência de pontos de contato e informação entre metrópole, cidade e interior. Se não era possível construir estradas de acesso, era preciso interligar as regiões ao centro por meio da construção simbólica.

Os diversos elementos simbólicos então se colocam em diálogo, as vezes mesmo em conflito. *Os sertões*, de Euclides da Cunha (2010), revelam bem essa complexidade. Escrito por um autor sertanista por definição, isto é, alguém externo que adentra o espaço e o retrata, a visão sobre o espaço e sua gente está enviesada da mesma forma que os primeiros narradores do interior brasileiro. Euclides da Cunha porta, na sua concepção de mundo, o cientificismo social do começo do século XX. Ao mesmo tempo, também vai investigar o sertão baiano,

⁶ Há uma evolução também sobre o termo nordeste. Até o século XX, o Brasil se diferenciava em Norte e Sul, sendo o norte tudo acima da Bahia, e o Sul da Bahia até o Rio Grande do Sul. Essa divisão tornou-se paulatinamente anacrônica e esquecida. Verdade que até os anos [19]50 ainda era possível a afirmação indistinta entre norte e nordeste. Em *A volta da asa Branca*, Luiz Gonzaga canta seu desejo de "voltar para o norte".

⁷ O Nordeste brasileiro, região político-geográfica, possui mais biomas que a caatinga; este bioma, por sua vez, se estende para além dos limites do Nordeste.

onde se passa a guerra de Canudos, com a mentalidade da metrópole, da corte, e como tal revela o mundo de maneira binária: o atraso e o progresso.

No entanto, Euclides da Cunha não encontra no sertão da Bahia o outro, mas sim o 'irmão', como Machado se referira ao sofredor da seca no Ceará. Ao encontrar um brasileiro, Euclides da Cunha acaba por apresentar uma forma de interpretar o Brasil, como aponta Sodré (1964), em que contrasta a pobreza do interior e a opulência do litoral. As razões de Canudos não são relacionadas à biologia de sua gente, mas ao atraso econômico de um povo explorado e pobre, que exige de justiça social para prosperar.

Esse sertão de Canudos, seja em Euclides da Cunha, seja antes em Machado de Assis, é uma mostra síntese de um problema nacional transcendental aos momentos políticos. Não é uma questão de monarquia ou república, de laicismo ou religiosidade - ainda que esses elementos apareçam - mas uma questão social de cuidado com os pares. O sertão deixou de ser um elemento estranho, distante, povoado por um grupo de pessoas distintas do sertanista que ali chega; torna-se o Brasil em suas contradições. São *Os sertões*, de Euclides da Cunha, que vão, pela primeira vez, estabelecer esse retrato.

(...) *Os sertões* são um livro de ciência e de paixão, de análise e de protesto: eis o paradoxo que assistiu à gênese daquelas páginas em que alternam a certeza do fim das "raças retrógradadas" e a denúncia do crime que a carnificina de Canudos representou. (BOSI, 1994, p. 309)

Após Euclides da Cunha, o 'sertão' é já um espaço totalmente integralizado dentro do território nacional. Uma região brasileira, mas também um espaço que configura a síntese simbólica nacional, um contraponto fixo ao urbano, ao litoral. Desta forma, têm-se simbolicamente um país dialeticamente dividido, ainda que formado por um mosaico de regiões.

A literatura regionalista, ao referenciar, apresentar e idealizar os tipos humanos dos diversos territórios nacionais, tornou-se uma literatura de inserção e integração nacional. Dessa maneira:

[a] literatura regional brasileira é interativa. Valoriza as unidades do país tangente à variedade topográfica e à diversidade de povos oriundos de encontros étnico-culturais. Assim, o Regionalismo literário é uma conjunção heterogênea de pessoas, linguagens, crenças, tradições e paisagens (FIGUEIRA, 2014, p. 190).

A função nacionalista da literatura regionalista encorpa-se com o regionalismo de [19]30. Nesse momento ocorre um efeito paradoxal; ao mesmo

tempo que as diversas regiões brasileiras são retratadas como elemento integrador do ideal modernista, uma parte da construção imagética, simbólica e cultural do Nordeste, da caatinga e do sertanejo segue uma tendência tradicionalista. A corrente regionalista não se vincula às vanguardas inovadoras, mas retorna aos valores da tradição local. O contraponto social e econômico também se faz estético.

As correntes do movimento modernista de 1922 são assim opostas às variações da geração de 1930, que tem, em si, suas próprias divergências. O conflito decorre das diversas manifestações das categorias 'Nordeste', 'sertão', 'sertanejo'. As concepções do movimento iniciado em 1922 se unificam por meio do desejo de reconfiguração moderna do Brasil. Para esse grupo, busca-se uma metamorfose artística do país, que passa a ser inovado em sua representação em diversos aspectos: estéticos, culturais e sociais.

Picchio (1997) revela como os movimentos vanguardistas se posicionavam à direita e à esquerda do espectro político, mas se encontravam no mesmo elemento fundamental: a experimentação estética. O processo estético, por si, vai conduzindo a produção cultural para um mesmo campo, e para o embate sobre os mesmos temas. O Brasil dobra-se sobre o Brasil na tentativa de se compreender e se metamorfosear. Eram anos de revisão histórica, ao mesmo tempo de conflito de vanguarda e reação.

Nesse espaço temporal surge o movimento regionalista. A corrente sob a liderança de Gilberto Freyre encara a representação realista e trirracial do país. Para esse grupo, o caminho não é mais de uma idealização utópica do brasileiro, mas uma representação "(...) do Brasil trirracial, investigado nas suas expressões quotidianas: a língua, os usos, a cozinha, a religião, a superstição e a feitiçaria" (PICCHIO, 1997, p. 479). Essa concepção regionalista vai abrir espaço e ampliar a inserção da narrativa sobre o *sertanejo* no substrato da cultura nacional, fortalecendo os vínculos nacionais ao redor dos tipos relacionados ao Nordeste.

Ao contrário das vanguardas que fundaram 1922, o regionalismo de 1930, seus autores e sua concepção estética se formam, enquanto elemento cultural, a partir da diferenciação frente ao moderno. Albuquerque Júnior (2011) demonstra bem como a estética regionalista surgida na geração de [19]30 segue na contracorrente das vanguardas modernas.

Cria-se um paradoxo que persiste até os dias atuais. As referências 'nordestinas' e 'sertanejas' retornam sempre para a vinculação com uma sociedade e culturas tradicionais no sentido sociológico do termo; isto é, retratam uma sociedade que olha para si de maneira estática, tentando imitar a tradição passada. Ao mesmo tempo, a identidade nacional cada vez mais passa pela identidade do Nordeste e pelo tipo do sertanejo, uma vez que a estrutura urbana,

à medida que transcorre o século XX, se torna, no plano simbólico, globalmente homogênea.

O sertão seria formado por grupos socioeconômicos cujas bases estão voltadas à terra (e aos conflitos da terra). Nesses grupos, os costumes guardam semelhança e continuidade com os tempos coloniais. Pode-se presenciar essa construção simbólica plenamente nos textos regionalistas realistas. A situação geográfica da seca, a construção do sertanejo, os valores locais, tudo é incorporado dentro dos valores de uma sociedade tradicional. Assim, textos como *O quinze*, *Menino de engenho* ou *Morte e Vida Severina* revelam esse elemento tradicional incorporado à construção realista.

Essa identidade tradicional é tão característica que se torna elemento simbólico mesmo quando incorporado a textos de cunho mítico ou cujo realismo é ressignificado pelo insólito. Assim, o espaço da caatinga e a simbologia do sertão, ligados ao elemento tradicional, se vinculam especialmente a um elemento fantástico. É o caso de vários textos de Guimarães Rosa, de algumas produções de Ariano Suassuna e, mais recentemente, do romance *A Cabeça do Santo* de Socorro Acioli (2014). Em todos eles, embora o espaço seja delimitado geograficamente, a conformação ficcional do texto desfaz a interpretação realista-referencial.

Nessa construção, a manifestação estética não segue a vanguarda, mas retoma a tradição, alimentando o impasse estético-simbólico. O Brasil quer se olhar para o futuro, mas representa-se pela tradição, com o olhar para as não-superações históricas que falta vencer. Surgido o impasse, será o elemento humano o evento de uma solução do conflito. Por ser o veio comum ao regional e ao nacional, é a identidade desse povo que se apresenta como evento-síntese. O conflito colocado aqui diz respeito a um embate entre correntes de valor social: o local contra o nacional.

Nesse momento, um pouco antes de 1930, e se integrando na mesma corrente popular que acentuou por um momento o rosa burguês da revolução, surgiu o chamado romance do Nordeste. Surgiu e se colocou, pela primeira vez a literatura nacional, como um movimento de integração ao patrimônio da nossa cultura da sensibilidade e da existência do povo, não mais tomado como objeto da contemplação estética, mas da realidade rica e viva, criadora de poesia e de ação, a reclamar o seu lugar na nacionalidade e na arte, que, neste momento, tocava o ponto vivo da sua missão no Brasil. (CANDIDO, 2004, p. 42)

Tem-se então uma nova travessia. O espaço que foi ocupado por um estrangeiro que o ressignificou ao ponto de destituí-lo de sua forma original transformou-se. Primeiro tornou-se em espaço específico no qual habitava um

indivíduo brasileiro. No século XX, o *sertanejo* transformou-se não mais em um dos tipos nacionais, mas no modelo de brasileiro no que se refere à história e cultura tradicionais. O Brasil, dessa feita, é o Nordeste, sua cultura é a do *sertão*, não porque essa seja a geografia do seu povo, mas porque esse é o tipo da sua história política:

O enunciado preciso da pesada herança do passado esclarecia os desafios do Brasil contemporâneo, no início de seu itinerário de industrialização e de unificação cultural; para os próprios escritores, os romances constituíram o principal instrumento de suas próprias estratégias de busca de uma nova atividade, o que permitiu que se apropriassem, de outra forma, dos dramas vivenciados por suas linhagens de ascendentes, ou seus próprios problemas existenciais. (GARCIA JÚNIOR, 2011, p. 44).

Assim, há um retorno ao conflito de poder simbólico. O Nordeste é visto como um espaço subjugado de poder, um elemento diferenciado, um grupo dentro do todo. Apenas a partir da superação desse desequilíbrio simbólico é possível reconfigurar uma unidade simbólica capaz de tornar equitativa essa relação de poder dentro do país.

CONCLUSÃO

O Nordeste brasileiro é uma região repleta de contrastes. Local de chegada e da primeira colonização portuguesa, é a partir dele que as imagens sobre o Brasil se constroem e são, por si, construídas. Território múltiplo, seus biomas e regimes econômicos formaram dois tipos de desenvolvimento e de ocupação; da mesma forma, o contraste entre essas regiões configurou uma imagem de Brasil.

O litoral, sempre ponto de chegada, de contato, de conhecimento e de poder - os governos gerais foram em Salvador e Rio de Janeiro, onde também foi a corte - era oposto ao sertão, espaço do desconhecido, da descoberta. O sertão, que sempre teve essa conotação de interior a ser desbravado, construía o contraste com a região de controle e ocupação.

À medida que os processos de colonização avançavam, o contraste foi mudando de sentido. Se durante o período colonial, o sertão era o espaço a ser ocupado, onde se ia “resgatar almas” e coletar ouro, indistinto em bioma ou clima, mas distante da metrópole e do litoral; com a sedimentação da civilização brasileira o sertão foi se tornando regional, espaço de tipos e elementos específico. Tornou-se o interior do nordeste.

Embora especificado, o sertão continuou a constituir um contraste dialético com a capital, ou com a cidade. Culturas, simbologias e economias diversas, a relação dialética entre esses dois espaços evoluiu de uma configuração múltipla de nacional para uma conformação do nacional social, o povo e seus desafios. Ao longo do surgimento do estado brasileiro, no século XIX, o sertão se forma enquanto símbolo de uma região, configurando seus traços. O vaqueiro, a seca, a economia do gado, são os elementos que diferenciam aqueles que, antes de tudo, são brasileiros. Como mostrado, as vítimas da seca de 1877 são os concidadãos que não devem sofrer essa miséria de novo.

A transição entre o XIX e o XX vai reformular mais uma vez o conceito de 'sertão'. O sertanista Euclides da Cunha, ao escrever e descrever a Guerra de Canudos, vai reconfigurar a dialética das disputas entre litoral e interior, entre cidade e sertão. Os modelos econômicos, em que riqueza e miséria se encaram, revela que a questão brasileira, antes de ser de um regionalismo atrasado, de uma "falta de civilização", como propunha o cientificismo da época, é antes de tudo de desigualdade econômica. Não há uma distinção biológica entre as pessoas, mas há sim miséria.

Esse contraste entre sertão e capital vai apenas se aprofundar à medida que o século XX continua. A partir do Modernismo brasileiro, e da dialética entre a geração de 22 e o regionalismo de 30, fica patente que o Nordeste, e seu sertão, configuram uma identidade nacional própria, não porque seus símbolos representam o todo nacional. Na verdade, o simbolismo que se extrai do nordeste e do sertão é a história da tradição do povo brasileiro. A essa tradição, soma-se a questão social: o contraste capital-sertão é a síntese da grande questão nacional: o desequilíbrio de riqueza.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Socorro. **A cabeça do santo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

ALENCAR, José de. **O sertanejo**. São Paulo: José Olympio, 1955; [s. l.]: eBooksBrasil, 2002. *E-Book*. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/sertanejo.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2018.

ASSIS, Machado de. **Obra completa**. v. 4. São Paulo: Editora Nova Aguilar, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Poder simbólico**. 7. ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 36. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

BUENO, Beatriz Piccoloto Siqueira. A Produção de um Território chamado Brasil. *In*: LABORATÓRIO do Mundo: ideias e saberes do século XVIII. São Paulo: Pinacoteca e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

CANDIDO, Antonio. **Brigada Ligeira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004.

COELHO NETO, Henrique Maximiano. Sertão. *In*: _____. **Obras**. Edições Biblioteca Digital, [20--?]. *E-Book*.

COSTA, Cláudio Manuel da. **Vila Rica**. Rio de Janeiro: Editora Marinho Vermelho, 2015. *E-Book*.

COSTA, Kamilla Jéssick Duarte da. **O sertanejo e Lourenço**: a construção mítica do herói regional. Dissertação de mestrado. Fortaleza, Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2016.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de pesquisas sociais, 2010. *E-Book*.

FIGUEIRA, Lauro Roberto do Carmo. O discurso da brasilidade na encarnação indianista, sertanista e regionalista. **Revista Contexto**, Vitória, n. 26 (Dossiê Narrativa Contemporânea nos Países Africanos de Língua Portuguesa), p. 171-194, 2014.

GARCIA JUNIOR, Afrânio. Meninos de engenho. Tradições e dramas familiares feitos símbolos da brasilidade. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 30, 2011.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KOSTER, Henry. **Travels in Brazil**. London: Longman publishers, 1816.

MACEDO, Tiarone Zuliani de. As origens e evoluções etimológicas da palavra sertão. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PUC GOIÁS/UFG, 6., 2013, Goiânia. **Anais** [...]. Goiânia: UFG/PUC-GO, 2014.

Disponível em: https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Tairone_Zuliani_de_Macedo_-_AS_ORIGENS_E_EVOLU%C3%87%C3%95ES_ETIMOL%C3%93GICAS_DOS_TERMOS_SERT%C3%83O_E_SERTANEJO.pdf. Acesso em: 29 mar. 2018.

MELO, Taciana Santiago de. Registros coloniais inscritos nos mapas da antiga Vila de Igarassu, Pernambuco. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1., 2011, Paraty. **Anais** [...]. Paraty, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/MELO_TACIANA_S.pdf. Acesso em: 29 mar. 2018.

PICCHIO, Luciana Santiago. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

SCHEIDT, Débora. **A ficção rural-sertanista na formação das literaturas brasileira e australiana**: um estudo de José de Alencar e Henry Lawson. 2014. Tese (Doutorado em Letras) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**: seus fundamentos econômicos. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

VIDAL, Laurent. Sob a máscara do colonial. Nascimento e “decadência” de uma vila no Brasil moderno: Vila Boa de Goiás no século XVIII. **Revista História**, São Paulo, n. 28, v. 1, p. 243-288, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/10.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2018.

VIEIRA, Antonio. Sermão da sexagésima. In: _____. **Os Sermões do padre Antonio Vieira**. São Paulo: Editora Montecristo, 2012. *E-Book*.